



## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2026.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
Nº 001/2026 QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DE MATO  
GROSSO E DA ESCOLA JUDICIÁRIA  
ELEITORAL DE MATO GROSSO, E A  
CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ, POR  
INTERMÉDIO DA ESCOLA DO  
LEGISLATIVO.

A UNIÃO, por intermédio do **Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT)**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.901.308/0001-21, situado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 4.750, Centro Político e Administrativo, CEP: 78.049-941, em Cuiabá-MT, representado neste ato por sua Presidente, **Desembargadora Serly Marcondes Alves**, e pelo Diretor da Escola Judicial Eleitoral Desembargador Palmyro Pimenta (EJE) e Juiz-Membro Substituto do TRE-MT, **Dr. Welder Queiroz dos Santos** e a **Câmara Municipal de Cuiabá**, com sede Rua Barão de Melgaço, s/n. Centro, na cidade de Cuiabá/MT, inscrito no CNPJ sob o nº 33.710.823/0001-60, neste ato representado por sua Presidente, **Vereadora Paula Calil** e pela Coordenadora da Escola do Legislativo, **Amanda de Freitas Batista Fares**, todos doravante chamados de "signatários", celebram o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, Art. 53, § 4º, no Decreto nº 11.531/2023, Art. 24, I e demais normas aplicáveis, cláusulas e condições a seguir descritas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Os signatários têm como objetivo a cooperação técnica, entre suas escolas, visando compartilhar atividades de formação, capacitação e aperfeiçoamento funcional a seus membros e servidores, nas modalidades presencial, virtual e à distância.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS FORMAS DE COOPERAÇÃO

A cooperação técnica consiste em: I. Desenvolver conjuntamente atividades pedagógicas, notadamente cursos de formação, capacitação, atualização e



aperfeiçoamento; II. Disponibilizar, entre si, vagas ou acesso a eventos e cursos oferecidos ou contratados a seus membros e servidores, entre os quais conferências, congressos, seminários, simpósios, webinários, e encontros regionais; III. Elaborar projetos e programas de pesquisa, estudo e produção científica entre escolas; IV. Disponibilizar artigos, conclusões de pesquisas e estudos, atos normativos e decisões que tenham fundamentos éticos, humanitários e/ou sociológicos, em seus sítios eletrônicos, periódicos ou revistas; V. prestar auxílio recíproco na mobilização do público-alvo para participação nos eventos e cursos, bem como no gerenciamento das atividades comuns executadas; VI. Disponibilizar pessoal administrativo e especializado para a consecução das atividades pedagógicas; VII. Indicar responsável para o acompanhamento do objeto pactuado, pelo relacionamento interinstitucional e avaliação anual do desenvolvimento deste Termo de Cooperação, o qual deverá encaminhar ao outro signatário relatório circunstanciado dos fatos, em caso de qualquer irregularidade na execução do objeto; VIII. Divulgar os resultados alcançados com a execução do presente Termo de Cooperação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO**

A execução do objeto previsto neste instrumento dar-se-á em conjunto pelos signatários, os quais farão uso de suas respectivas atribuições e capacidades, definidos para cada iniciativa a ser realizada.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS CUSTOS FINANCEIROS**

Este Acordo de Cooperação não prevê a transferência de recursos entre os signatários, cabendo a cada signatário custear os docentes e as despesas de cursos realizados.

### **CLÁUSULA QUINTA – DOS DOCENTES EXTERNOS**

Os docentes externos que executarem as atividades pedagógicas serão remunerados pela escola contratante, a qual se responsabilizará por todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal e securitária decorrentes.

### **CLÁUSULA SEXTA - DOS MEMBROS E SERVIDORES**

Os membros e servidores que atuarem nas atividades pedagógicas previstas neste Acordo manterão suas vinculações funcionais e subordinação com a instituição de origem.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO E RESULTADOS**

Os signatários se comprometem a promover ampla divulgação das atividades, conteúdos, informações e documentos, bem como os demais resultados provenientes deste instrumento aos respectivos sites, revista, ou materiais informativos.



### CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização da execução deste Acordo serão exercidas por representantes designados por cada um dos signatários, aos quais competirá dirimir as dúvidas e acompanhar o desenvolvimento das atividades, conforme quadro abaixo:

Instituição	Função	Nome do Servidor	Matrícula / Cargo
TRE-MT	Fiscal Titular	Welder Queiroz dos Santos	Diretor da EJE
TRE-MT	Fiscal Suplente	Janis Nakahati	Analista Judiciária
Câmara Municipal	Fiscal Titular	Amanda de Freitas Batista Fares	Matrícula nº 7682
Câmara Municipal	Fiscal Suplente	Luiz Ricardo Oliveira Lobo	Matrícula nº 814

### CLÁUSULA NONA – DA PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

As partes comprometem-se a observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no que tange ao tratamento de eventuais dados pessoais a que tenham acesso em decorrência da execução deste Acordo, assegurando a privacidade e o sigilo de tais dados.

### CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será de 02 (dois) anos, contados da publicação de seu extrato no Diário Oficial da União e poderá ser prorrogado por igual período, mediante formalização de termo aditivo.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO

O presente Acordo de Cooperação Técnica não poderá ser cedido e/ou transferido, total ou parcialmente, sem o prévio/expresso consentimento dos signatários, mas as suas cláusulas e/ou disposições poderão ser modificadas, exceto seu objeto, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre os signatários, por escrito, até 60 (sessenta) dias do fim da vigência deste Acordo de Cooperação.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente instrumento será publicado no Diário Oficial da União, pelo CNJ, de acordo com o entendimento do Tribunal de Contas da União expresso no Acórdão nº 911/2019 — Plenário.



### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser denunciado por quaisquer dos signatários ou unilateralmente e rescindido a qualquer momento, desde que haja comunicação expressa do denunciante, por escrito, e com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem qualquer prejuízo às ações e atividades em desenvolvimento.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste Acordo fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Cuiabá/MT.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, este instrumento será assinado digitalmente pelos signatários e pelas testemunhas abaixo nomeadas.


Cuiabá-MT, 28 de Janeiro de 2026

SERLY  
MARCONDES  
ALVES:10100339  
Assinado de forma digital  
por SERLY MARCONDES  
ALVES:10100339  
Dados: 2026.02.11  
11:20:56 -04'00'

**Des<sup>a</sup>. Serly Marcondes Alves**  
Presidente do TRE-MT

PAULA PINTO  
CALIL:633796  
78015  
Assinado de forma digital  
por PAULA PINTO  
CALIL:63379678015  
Dados: 2026.02.11  
17:50:25 -03'00'

**Vereadora Paula Calil**  
Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá

Documento assinado digitalmente  
 **WELDER QUEIROZ DOS SANTOS**  
Data: 10/02/2026 18:29:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dr. Welder Queiroz dos Santos**  
Diretor da EJE/TRE-MT

AMANDA DE FREITAS  
BATISTA FARES:00095746110  
Assinado de forma digital por  
AMANDA DE FREITAS BATISTA  
FARES:00095746110  
Dados: 2026.02.11 13:28:21 -03'00'

**Amanda de Freitas Batista Fares**  
Coord. da Escola do Legislativo  
Câmara Municipal de Cuiabá